

CENTRO UNIVERSITÁRIO BRASILEIRO - UNIBRA CURSO
DE GRADUAÇÃO PSICOLOGIA

ÉLIDA FRANCYELLE BATISTA SANTOS
LISSANDRA BRUNA RODRIGUES DOS SANTOS
MILENA KALINE ALVES DE SOUZA

**PROSTITUIÇÃO, VULNERABILIDADE SOCIAL E
SAÚDE MENTAL**

RECIFE/2022

ÉLIDA FRANCYELLE BATISTA SANTOS
LISSANDRA BRUNA RODRIGUES DOS SANTOS
MILENA KALINE ALVES DE SOUZA

PROSTITUIÇÃO, VULNERABILIDADE SOCIAL E SAÚDE MENTAL

Artigo apresentado ao Centro Universitário Brasileiro – UNIBRA,
como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em
Psicologia.

Professor Orientador: Me. Douglas Batista de Oliveira

RECIFE/2022

Ficha catalográfica elaborada pela
bibliotecária: Dayane Apolinário, CRB4- 2338/ O.

S237p Santos, Élda Francylle Batista dos
Prostituição, vulnerabilidade social e saúde mental / Élda Francylle
Batista dos Santos, Lissandra Bruna Rodrigues dos Santos, Milena Kaline
Alves de Souza. - Recife: O Autor, 2022.

30 p.

Orientador(a): Me. Douglas Batista de Oliveira.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Centro Universitário
Brasileiro – UNIBRA. Bacharelado em Psicologia, 2022.

Inclui Referências.

1. Prostituição. 2. Vulnerabilidade social. 3. Políticas públicas. 4.
Saúde mental. I. Santos, Lissandra Bruna Rodrigues dos. II. Souza,
Milena Kaline Alves de. III. Centro Universitário Brasileiro - UNIBRA. IV.
Título.

CDU: 159.9

*Dedicamos esse trabalho aos nossos esforços e crenças, e a todos, todas e todes
que nos apoiaram até aqui.*

AGRADECIMENTOS

Eu, Lissandra Bruna Rodrigues dos Santos,

Agradeço a todas as mulheres guerreiras e históricas que vieram antes de mim, que lutaram para que a educação feminina fosse um direito garantido, para que nossa voz fosse ouvida e para que nossa existência seja assegurada.

Agradeço a minha bisavó, Maria José da Silva, filha de Oxalá, que criou seus sete filhos sozinha, enfrentando a fome e a miséria sem nunca desistir de seus sonhos e de sua família, mantendo sua fé ancestral firme e sua cabeça erguida.

Agradeço aos meus avós maternos, Esmeralda José da Silva e José Gomes da Silva, que mesmo com toda dificuldade imposta a uma família preta periférica, lutaram para que não me faltasse o alimento e a moradia; aos meus avós paternos, José Rodrigues dos Santos e Lenny Maria dos Santos, que me ensinaram desde cedo que amar é deixar livre e afeto também é aceitação.

Agradeço ao assistente social Alexandre Batista dos Santos, que é meu amigo, família, abrigo e companheiro de vida, por todo apoio, conselho, direcionamento e acolhida, por nunca ter desistido de mim e por estar sempre ao meu lado nos bons e nos maus momentos. Gratidão por acreditar em mim até mesmo quando eu duvidei.

Agradeço a minha namorada, a mestra em antropologia Fernanda de Carvalho Azevedo Mello, por ser como uma bússola nos meus dias mais nebulosos, por me mostrar os possíveis caminhos acadêmicos a serem percorridos e por debater comigo cada texto e problematização nos quais tropecei.

Aos psicólogos Rita de Kássia Torres Nobrega, MacDouglas de Oliveira e Mariana Carvalho Pessoa, os quais tive a honra de ter como professores e hoje considero amigos queridos que são inspiração como profissionais e seres humanos, gratidão pelos ensinamentos e por plantarem em mim o gosto pela pesquisa, por terem me feito lembrar o desejo infantil de tornar o mundo um lugar melhor (essa chama com certeza será passada adiante). Agradeço aos também profissionais de Psicologia Maria Helena Barbosa Chiappetta e Gabriel Catel Abrahamian Asfora por fazerem parte do meu processo de cura de renascimento.

Gratidão a minha comunidade, Templo Cigano do Oriente Maior, pelas preces, abraços, palavras de afeto e por nunca me deixarem esquecer que: eu quero, eu posso, eu mereço, eu consigo, pois sou cigana!

Eu, Élide Francielle Batista dos Santos,

Agradeço primeiramente a Deus que me deu forças durante esses 5 anos de graduação, a minha família, Edjane Batista, minha mãe, Maria do Rodrigues e José Pedro, meus pais do coração, Joseildo da Silva, meu padrasto, segue minha eterna gratidão, não só pela força nos momentos difíceis, mas por toda a ajuda na realização dos meus sonhos. Sem o apoio deles eu não teria conseguido completar essa jornada, eles foram a minha força ao longo do caminho, e meu modelo a ser seguido.

Agradeço a Jheymisson, Walberson e Luciana, meus irmãos, e algumas pessoas especiais na minha vida como Isabelly, José e Yuri, que juntos me apoiaram nos momentos de aflição.

As minhas amigas, Milena Kaline Alves de Souza e Lissandra Bruna Rodrigues dos Santos, que sempre se fizeram presentes durante a minha jornada acadêmica e na produção deste Trabalho.

Gostaria de agradecer também a todos os professores dessa instituição de ensino que em muito contribuíram para a realização deste trabalho. Professores que com seus ensinamentos tornaram a minha formação acadêmica possível. Agradeço ao nosso orientador que nos guiou pelo caminho deste trabalho de Conclusão de Curso, sem o qual nada disso seria possível, a você Douglas meu agradecimento especial. Obrigada pela dedicação e tempo despendido em meu auxílio na realização da pesquisa, o mundo precisa de mais professores como você.

Eu, Milena Kaline Alves de Souza,

Dedico minha gratidão inicial a Deus, aquele que sempre esteve a olhar para mim durante toda essa jornada acadêmica, mesmo em momentos em que não me enxergava capaz de realizar este sonho.

Sou grata também a minha mãe, Gilvania Alves de Souza, por ter sido um dos pilares essenciais de sustentação e orientação a me manter firme e confiante; minha avó, Amara da Silva, uma das maiores responsáveis por me salvar todos os dias, dos meus medos, inseguranças e por ter sido meu suporte nessa construção; grata ao meu irmão, Wallingson Felipe Alves de Souza, por me fazer lembrar o que o nosso pai deixou como legado: o de nunca perder a fé e acreditar no meu potencial.

E a ele, Wellington Silva de Souza, meu incentivador, um dos principais motivos pelo qual escolhi fazer Psicologia.

Sem esquecer daqueles que direta e indiretamente me abraçaram com amor e paciência para lidar com os desafios da minha rotina. Minha tia e prima, Geovana Alves Santos e Gabriely Ketilem Alves dos Santos, por segurarem na minha mão a cada conquista e em momentos de desamparo; gratidão as minhas amigas que o destino me presenteou, Ana Cláudia Andrade, que me deu muito apoio e assistência, e Aline Jeniffer Soares, que me resgata todos os dias e me faz sentir o quanto sou capaz; a Natália Silva Galvão, por sempre me colocar em um lugar de conforto nos dias mais turbulentos de trabalho, e as minhas companheiras de sala de aula, Élide Francielle Batista Santos e Tatiane Cristina Ramos, que não desistiram de mim e juntas construímos nossa bagagem de aprendizado. Agradeço ao meu grande amigo de vida, Carlos Roberto Moraes Magalhães, que por muitos anos me viu crescendo e me deu suporte sempre que precisei. Gratidão, palavra que me define!

“Sim, os homens podem ser amorosos e cuidadosos. Sim, as mulheres podem amar o sexo. E sim, prostituir-se pode ser uma forma de reapropriar-se do próprio corpo e da sexualidade.”

(Trecho retirado do panfleto “Liberad el Feminismo” publicado em 06 de setembro de 2012, por Morgane Merteuil, Secretária Geral do Sindicato das Trabalhadoras do Sexo – STRASS)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 REFERENCIAL TEÓRICO	11
3 DELINEAMENTO METODOLÓGICO.....	15
4 RESULTADOS	16
5 DISCUSSÃO.....	20
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	26
REFERÊNCIAS	27

PROSTITUIÇÃO, VULNERABILIDADE SOCIAL E SAÚDE MENTAL

Élida Francycle Batista Santos

Lissandra Bruna Rodrigues dos Santos

Milena Kaline Alves de Souza

Professor Orientador Me. Douglas Batista de Oliveira¹

Resumo: A prostituição é uma prática histórica, marcada e situada, de forma complexa, entre ser considerada uma profissão regulamentada ou ser apenas uma atividade mercantil sexual, ocupando, também, um lugar de não aceitação social, por não ser considerada moralmente uma forma de trabalho. Dentro deste contexto, as pesquisas realizadas por meio de revisões literárias, teve como objetivo de estudo apresentar os desafios encontrados pelas prostitutas e os impactos negativos que a prática desse ofício acarreta em suas vidas pessoais. Para esse construto foram selecionados treze artigos importantes que destacaram fatores importantes acerca das vivências das prostitutas, do caminho que percorrem e que as levam à prostituição, de como elas se enxergam ao serem julgadas pelas percepções e estigmas sociais e sofrem pela ausência desse reconhecimento. Levando em consideração todas as dificuldades enfrentadas por essas mulheres, por estarem expostas e vulneráveis aos sentimentos de culpa, vergonha, abandono, medo, insatisfação, violência, traumas passados, foi evidenciada a importância do papel do psicólogo, com ações preventivas em saúde mental, a fim de trazer suporte, acolhimento e amenizar sofrimentos psíquicos.

Palavras-chave: Prostituição. Vulnerabilidade Social. Políticas Públicas. Saúde Mental.

¹ Professor da UNIBRA. Psicólogo. Mestre em hebiatria e especialista em atenção básica e saúde da família E-mail para contato: douglas.batista@grupounibra.com

1 INTRODUÇÃO

A palavra prostituta foi originada do termo prostituere usado para se referir às antigas moças de Roma que ficavam (*stare*) em frente/diante (pró) da possível

clientela enquanto exibia para esta o produto de trabalho oferecido, seu corpo. Ao longo da história, a essas profissionais foi atribuído o lugar da mulher devassa e sem moral a qual permeia o imaginário como prática não legalizada, um estereótipo sustentado por um discurso (FERNANDES; SOUZA, 2013).

A imagem das prostitutas permeia a história humana, podendo ser observada uma mudança de um caráter sacro e divino para algo moralmente repreensível e de potencial corrupção social após a queda do império romano (ROBERTS, 1992). Consolidou-se a ideia de que a prostituta não gosta de trabalhar, transmitida por uma linguagem coloquial que as alcunha como “mulheres de vida fácil” (LOBO; SAMPAIO, 2016), sendo criado o estereótipo da “puta” (LEITE, 2008).

Dessa maneira, o que se pretende neste trabalho é discutir o sofrimento psíquico acarretado pela prostituição e seus impactos para mulheres. Neste trabalho, será discutida também a história da prostituição e a mobilização em torno de sua profissionalização, através de estudos críticos de teóricos, tais como Michel Foucault, Dom José Maria Pires e Georges Canguilhem, dentre outros que produziram estudos significativos para a compreensão dessa temática. Por fim, analisar quem são os sujeitos envolvidos, como se organiza esse mercado e discutir as políticas públicas existentes voltadas para esse segmento populacional.

Tendo por base o exposto, emerge a questão norteadora deste estudo: Quais os impactos da prostituição na saúde mental das profissionais do sexo? Tem-se como hipótese que a sociedade patriarcal e machista estimula a prática da prostituição, objetificando e subalternizando o corpo das mulheres cis, trans e travestis para satisfazer os impulsos sexuais de alguns.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A prostituição, de acordo com Andrade (2004), é uma atividade lícita e passível de benefícios previstos em lei, sendo uma forma de entrega de relações sexuais com pessoas do mesmo gênero ou não e com práticas consideradas normais ou anormais²

² Realização de fetiches

mediante remuneração. Socialmente causa reações negativas por se tratar de uma prática sexual mercantil e enfrenta alguns obstáculos dentro deste contexto social na luta por aprovação e direitos (SANDERS, 2009).

Por sua vez, a prostituição contempla algumas derivações voltadas ao trabalho, à moral, à sexualidade e às relações de gêneros, normalmente associada à figura da prostituta, sendo modelo representativo da indústria sexual, como afirma Rostagnol (2000):

Mulheres, homens, homossexuais, transexuais, travestis e crianças, todos eles engrossam as fileiras da prostituição. Sendo um fenômeno social, ocasionalmente é tratado como fenômeno natural. Com frequência, prostituição e prostitutas são consideradas sinônimos, de tal forma que todo sistema da prostituição passa a ser visto e definido a partir das prostitutas, esquecendo que a prostituição envolve uma relação entre alguém que vende os serviços sexuais e alguém que os compra (ROSTAGNOL, 2000, p. 113114).

Existe uma complexidade acerca da categorização da prostituição, um dilema entre ser reconhecida como um trabalho legítimo, que precisa de uma proteção legal, ou de ser considerada um ato de violência ou objeto de locação/venda do corpo, suscitando dor, sofrimento e fragilidade para a saúde física e mental dos profissionais (LOPES, 2006).

Baldner (2011) aplicou um questionário a fim de avaliar a visão das prostitutas sobre o trabalho que realizavam e, em sua maioria, elas consideraram como sendo uma atividade vergonhosa e marginalizada, sob julgamentos severos, porém como meio de subsistência para garantir seu sustento e autonomia.

Com base nesse contexto, tratando-se de enquadramentos jurídicos, a prostituição pode ser tratada de forma diferente em cada país. Mundialmente isso ocorre de três formas. Na primeira perspectiva, de ordem abolicionista, a prostituta é tida como vítima de sua condição social, financeira, emocional, por existir uma pessoa que a compele à exploração sexual. Neste modelo, apenas o agenciador é punido pelo ato. Esse sistema é comum em muitos países europeus (LOPES, 2006).

A proibicionista, na qual o ato de se prostituir é considerado ilícito e, por isso, todos os envolvidos (prostituta, agenciador, clientes) respondem judicialmente. Normalmente acontece em países de cunho religioso, onde a prostituição é

considerada um atentado aos direitos humanos, como China, EUA, Eslovênia, Arábia Saudita e Tailândia, que reprimem a venda de serviços sexuais (NUCCI, 2015).

No regime regulamentarista, por sua vez, a prostituição é considerada um trabalho regulamentado, com exercício de consentimento espontâneo, onde as profissionais do sexo e os estabelecimentos precisam cumprir obrigações fiscais e direitos trabalhistas. Países como, Alemanha, Grécia, Suíça e Nova Zelândia implementam esse sistema (ALMEIDA, 2009).

O Brasil adota o sistema abolicionista, punindo apenas aqueles que obtenham algum tipo de lucro em decorrência da atividade sexual das profissionais do sexo. Sendo assim, em território brasileiro, a prostituição não é considerada ato ilícito e sim uma forma de prestação de serviços sexuais, tratando-se de atividade lícita de acordo com os princípios legais, porém sem leis que deem diretrizes sobre os direitos e deveres desse ofício (BRASIL, 1988).

Não sendo a prostituição uma profissão regularizada, ela possui uma linha tênue entre prazer e sofrimento, interferindo no modo como as prostitutas se sentem e se colocam na sociedade enquanto sujeitos, como se percebem nos territórios em que permeiam e como essa ocupação interfere na sua vida pessoal (FREITAS; SOUZA, 2019). Para compreender a subjetividade dessas profissionais, faz-se necessário analisar quem são (em sua maioria) e quais caminhos que as levam a essa ocupação, bem como quem são os clientes, em que se sustenta esse mercado e quem dele se beneficia.

Vulnerabilidade e prostituição estão intimamente ligadas e alguns fatores contribuem para que muitas profissionais do sexo escolham esse caminho: por vezes a ausência de oportunidades, a falta de escolaridade, falta de perspectivas sociais, pobreza, fome, desemprego, violência, condições precárias de sobrevivência, traumas da infância, dependência química, relacionamentos abusivos, ambiente familiar problemático, dentre outras questões que as deixam em desvantagem social (RAYMOND, 2013).

A prática de comercialização do sexo existe desde os primórdios da sociedade, passando de uma prática comum e aceitável, como na Grécia antiga, por exemplo, a um ato vergonhoso e discriminado (PIRES, 1983). A mudança na percepção social sobre esse exercício também causou, ao longo dos tempos, alteração na vivência das

prostitutas. O que no passado era, em alguns locais, uma característica cultural passou a possível causa de adoecimento psíquico.

Para Canguilhem (2000), esse adoecimento psíquico é uma forma de ser e atuar no mundo que se caracteriza pela dificuldade em lidar com as situações do meio no qual está inserido. Partindo deste conceito, observamos que a prostituta ocupa um papel social no qual se encontra estigmatizada e tem que lidar com os efeitos do preconceito e falta de aceitação na contemporaneidade.

Embora a prostituição seja histórica e ocupe um espaço dentro da sociedade, esse lugar foi se moldando de acordo com as normas e visões de mundo de cada geração e, com isso, os valores e ideias a respeito dessa ocupação foram se relocando até chegar ao modelo que temos hoje, o qual, de acordo com os pressupostos dos estudos de Foucault (1979), é baseado em um discurso de poder e controle da sexualidade.

Esse discurso de poder e controle coloca a prostituta no lugar social de “um mal necessário” dentro de uma sociedade machista e patriarcal cujos territórios e suas funcionalidades são pensados, em sua maioria, para indivíduos cisgênero³ masculinos, cabendo às profissionais desse segmento o lugar da marginalidade e desassistência, colocando em pauta o conceito de dignidade, bem como os movimentos em defesa ou contra a regulamentação da prostituição, de forma controversa, porém laboral, sob a ótica dos direitos humanos (SIMMEL, 2001).

Foi aí que então, questionando essa falta de assistência e na necessidade de regulamentação e de inclusão de direitos destes sujeitos, foi proposto o projeto de lei (PL) Gabriela Leite⁴, de nº 4.211/12, de autoria do então deputado federal do Brasil, Jean Wyllys, que visa regulamentar as atividades das profissionais do sexo, garantindo direito à aposentadoria em caráter especial justamente por se tratar de um ofício que pode prejudicar a saúde e a integridade física. Além disso, a referida lei também se propõe a legalizar as casas de meretrício, formalizar esse comércio e legalizar os serviços sexuais (GIULIAN, 2017).

³ Cisgênero é o termo utilizado para se referir às pessoas que se identificam de forma integral com o gênero que lhes foi atribuído no momento do nascimento de acordo com sua genitália (SILVA; SOUZA; BEZERRA, 2019).

⁴ Gabriela Leite é autora dos livros *Filha, mãe avó e puta*; *Eu, mulher da vida*. Foi prostituta e ativista pelos direitos dessas profissionais, mostrou a outra face da prostituição ao largar emprego e estudos para ingressar nesse ofício por escolha pessoal e não por vulnerabilidade social como é o caso de muitas mulheres (MARIANE, GIULIANE, 2017). No entanto essa pesquisa não irá abordar essa perspectiva, pois os artigos encontrados apontaram para as questões da vulnerabilidade, saúde e preconceitos acarretados.

Sobre este PL, a sua principal intenção é diferenciar prostituição de exploração sexual. Os autores Lopes (2006) e Bindman (1998) endossam que o intuito não é estimular o aumento das profissionais do sexo, mas de minimizar os riscos de tal prática, oferecendo acesso não só às redes de apoio em saúde e segurança pública, como também de justiça, aos seus direitos trabalhistas e previdenciários. Contudo, encontra-se arquivado.

A prostituição é uma prática velha como o mundo. A sua legalização não representa qualquer progresso, mas antes a capitulação conformista diante de uma realidade que se tem por inevitável, como

se fosse uma fatalidade de classificar as pessoas (e as mulheres em particular) como de primeira e segunda categoria quanto à tutela da sua dignidade. Quando se fala na prostituição como algo inevitável ou um “mal necessário”, pensa-se sempre nas filhas dos outros, que serão as filhas dos outros, e não as nossas, a fornecer a “matériaprima” de uma atividade “empresarial” que se pretende equiparar a qualquer outra. Parece que se desistiu, definitivamente, de mudar o mundo... (PATTO, 2008, p. 321).

No que se refere à psicologia, de acordo com o Código de ética profissional do psicólogo, é dever deste profissional promover a liberdade, dignidade, respeito, integridade e igualdade a todos, seguindo afirmação da Declaração Universal dos Direitos Humanos (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2005, p. 9). Dessa forma, sabendo-se que as profissionais da prostituição sofrem diversas formas de violência, o psicólogo não pode ser omissor nesse campo (COSTA; MELO, 2018).

3 DELINEAMENTO METODOLÓGICO

Para elaboração deste trabalho, aderiu-se ao processo metodológico de revisão bibliográfica que, de acordo com Lima (2007), trata-se de um dos recursos fundamentais para o embasamento teórico que influencia todas as etapas da pesquisa e possui como principal característica revisar pesquisas e trabalhos de autores e autoras que tenham se debruçado sobre o tema.

Esta pesquisa se baseou na busca por artigos nacionais sobre a saúde mental das prostitutas. Para isso, foram pesquisados artigos científicos publicados entre os anos de 2016 a 2021, disponibilizados nas bases de dados Scielo, periódicos de revistas e jornais online, Congresso Desfazendo Gênero, Caderno Humanidades em Perspectivas, Portal da Fundação Getúlio Vargas e repositório de trabalhos para

conclusão de curso das instituições de ensino superior: Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Centro Universitário referência em Manhuaçu (Unifacig), Universidade de Limoges (Unilim), Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Universidade Federal do Tocantins (UFT) e Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Como descritores e combinações, foram utilizados: Prostituição e saúde mental; Saúde mental das profissionais do sexo; Prostituição e Políticas Públicas; História da prostituição; Gênero e Prostituição; Prostituição, território e o discurso de poder. Foram localizados 24 artigos, dentre os quais 9 foram excluídos pelos seguintes critérios de exclusão: artigos não disponibilizados na íntegra e trabalhos que não traziam a discussão de gênero e a construção dos espaços acerca da prostituição como foco central.

4 RESULTADOS

Dos 24 artigos encontrados, após leitura e análise apurada de cada documento, foi constatado que apenas 15 se enquadrava dentro dos critérios propostos para essa pesquisa e eles estão dispostos na tabela abaixo:

Tabela 1 – Artigos selecionados e seus pontos relevantes

Título do artigo	Autores	Ano	Contribuições
A regulamentação da prostituição no Brasil a partir da leitura crítica do projeto de Lei “Gabriela Leite”, PL Nº 4.211/2012, sob enfoque das teorias feministas	Leise Mariane Grander Giuliane	2017	Posicionamento dos feminismos sobre a regulamentação da prostituição, a partir da legislação penal e trabalhista brasileiras e do Projeto de Lei nº 4.211/2012

Representações Sociais da Saúde para Profissionais do Sexo	Renan Antônio da Silva, Giovanni Antônio Pinto Alves, Kyldes Batista Vicente, Darlene Teixeira Castro	2019	Compreender as representações sociais de mulheres profissionais do sexo sobre saúde.
Um estudo sobre a prostituição	Carla Costa Bussolo, Cláudia Waltrick Machado Barbosa	2016	Identidade social das prostitutas, como lidam com essa ocupação e suas expectativas para o futuro
Prostituição no mundo líquido: por uma análise dos	Lucca Arcpirio Toscanini	2018	Contextualização sociológica, meios de prestação de serviços e

modelos de prostituição e das relações sexuais na atualidade			as relações comerciais, estratégias usadas pela garota de programa e pelo cliente na busca de seus respectivos objetivos
As muitas faces da prostituição: uma abordagem histórica sobre o controle da sexualidade a partir de Foucault	Gabriela Natália Silva	2018	A representação da prostituta, efeitos dos estigmas e de seu papel na sociedade contemporânea
Prostituição: regular ou proibir?	Amália Safatle, Magali Cabral	2017	Regulamentação e direitos trabalhistas

Aspectos de vida e saúde das profissionais do sexo	Carla Bianca de Matos Leal, Dieslley Amorim de Souza, Marcela Andrade Rios	2017	Analisar as condições de vida e saúde das profissionais do sexo
Sentidos do trabalho apreendidos por meio de fatos marcantes na trajetória de mulheres prostitutas	Késia Aparecida Teiceira Silva, Mônica Carvalho Alves Cappelle	2015	Objetivo de apreender os sentidos subjetivos produzidos por mulheres que atuam com prostituição nas boates do interior de Minas Gerais
Donas de seus corpos, mulheres da vida: a prostituição como	Fernanda Leonardi Favalessa, Sabrina Lozer	2020	Analisar a prostituição como forma de empoderamento feminino

uma nova narrativa para a liberdade sexual	Marin		
“Mulheres de vida fácil”? Conexões entre tempo, prazer e sofrimento no ofício das prostitutas de Belo Horizonte (MG)	Kely Cesar Martins de Paiva, Jefferson Rodrigues Pereira, Letícia Rocha Guimarães, Jane Kelly Dantas Barbosa	2017	Analisar como conexões temporais influenciam vivências de prazer e sofrimento das prostitutas

Prazer e sofrimento no trabalho: uma análise da prostituição em uma cidade mineira	João Pedro Berbert Freitas, Reginaldo Adriano de Souza	2019	Análise do motivo para manutenção e ingresso na prostituição
Vivências psicológicas de homens que buscam profissionais do sexo. Uma proposta de análise psicologicofenomenológico	Tommy Akira Costa Goto, Ilenio Azídio da Schievano, Bruna Alves	2019	Vivências psicológicas presentes na base dos significados de cada experiência
As casas de prostituição como espaços de significação na cidade	Wagner Ernesto, Lonas Franco	2018	Compreender o sentido dos espaços reservados à prostituição, considerados heterotópicos, estando sempre à margem da cidade, com placas que causam efeitos aos frequentadores.
Psicologia e saúde pública no contexto da travesti trabalhadora do sexo: uma revisão narrativa	Milena Tenório da Costa, Thalita Carla de Lima Melo	2019	Discussão sobre discriminação, estereótipos, feminilidade e questões de gênero e classe com análise sobre Saúde Pública.

Dignidade e valor social do trabalho: prostituição no Brasil e seus direitos	Renan Antonio da Silva, Giovanni Antonio Pinto Alves, Kildes Batista Vicente, Darlene Teixeira Castro	2019	Abordar o Projeto de Lei nº 4.211/2012, que instaura o trabalho das/dos profissionais do sexo e o distingue do crime de exploração sexual.
---	---	------	--

5 DISCUSSÃO

Do ponto de vista social, a prostituição é considerada “a profissão mais antiga do mundo”, o que traz a problemática de ser apontada como atividade intrínseca das mulheres na sociedade que, neste lugar de sujeito, são caracterizadas como dissidentes e sem lugar social e político, sendo as mulheres que atuam nesse segmento julgadas e marginalizadas, com uma prática naturalizada, porém não aceita e sem uma discussão em grande esfera a respeito de seus motivos, origens, benefícios e malefícios para os envolvidos (SILVIA; ALMEIDA, 2019).

A compreensão acerca da prostituição foi modificada ao longo do tempo. Em determinado momento da história, era chamada prostituta toda mulher que não se casasse, que trabalhasse na noite envolvida com profissões artísticas, como atriz ou cantora, além de mulheres que não exercessem atividades exclusivamente domésticas, ou seja, essa nomeação englobava a todas que não se enquadrassem nas normas sociais da época (SILVIA; ALMEIDA, 2019).

De acordo com Bezerra (2009), a prostituição é tão antiga quanto o próprio mundo e foi mudando ao longo do tempo, sendo hoje as formas mais populares que se tem conhecimento a prostituição de rua, as casas de programas, onde massagens são oferecidas, as casas de prostituição, onde comumente ocorrem abusos por meio de relações de poder nas quais, por não haver meios de pagar a casa ou por outras dívidas, as prostitutas podem sofrer exploração sexual.

Foucault (2014) revela que essas casas podem possuir diferentes nomes: prostíbulo, bordel, casas da luz vermelha, privê, casa das primas, entre outros. Esses espaços reproduzem sentidos da sociedade, da dominação do homem sobre a mulher. O referido autor também denomina as casas de prostituição como “heterotopias de crise”, como sendo um ambiente separado, localizado normalmente às margens da

cidade, sempre sinalizadas com pequenas placas, de maneira simples, onde a oferta ao sexo não é explícita, mas que transmite uma linguagem convidativa.

Durante o século XIX, os homens, por questões morais e religiosas, reprimiam sua sexualidade perante suas esposas, fazendo destas apenas um meio de reprodução para continuação da família, enquanto violentavam as negras escravizadas, tornando-as objetos sexuais (COSTA, MELO, 2018). Por esse motivo histórico, autores como Bezerra (2019) afirmam que, mesmo fazendo parte da construção das comunidades, as prostitutas são vistas como corpos que pertencem às classes baixas, criminosas, marginais e compartilhadoras de infecções sexualmente transmissíveis (IST).

Ainda no século XIX, o desejo sexual era considerado como um fenômeno diretamente ligado à figura masculina, sendo os “deslizes” morais dos homens vistos como uma fraqueza lamentável, mas compreensível (GIDDENS, 1993). No entanto, quando referido às mulheres, as punições para o ato do adultério, considerado crime, eram extremamente rígidas. A mulher tinha um papel fundamental na família burguesa, precisava demonstrar fidelidade absoluta a seu homem e garantir a sucessão patriarcal da propriedade (ROBERTS, 1998).

No Brasil, vários movimentos sociais foram organizados pelas prostitutas, *a priori* com o intuito de garantir direitos humanos e das mulheres contra a frequente violência policial, em prol da integridade e saúde das profissionais. Foi em São Paulo, no final de 1980, que surgiu a primeira organização em prol da legalização e acesso aos direitos. Com o decorrer do tempo, essa luta teve seus objetivos coletivos ampliados e passou também a lutar pela existência do sujeito prostituta que, em tese, vai além das questões de direitos trabalhistas, pois trata-se de uma estratégia política e de identidade (COSTA; MELO, 2018).

Existe um grande agravante quando se trata de direitos e cidadania no Brasil, principalmente quando se refere a sujeitos com comportamentos tidos como desviantes da moralidade, como é o caso da prostituição. Pessoas que vivem deste ofício são privadas de direitos não só porque a prática não é reconhecida socialmente, mas também por não terem garantias trabalhistas (DURKHEIM, 2010).

A atual constituição federal brasileira (BRASIL, 1988) ressalta a condição de dignidade humana. Portanto, é importante que se tenha um olhar para a profissionalização da prostituição na busca por qualidade de vida e na possibilidade

de intervenção do poder público, junto às autoridades, para romper com esse estigma do corpo da mulher ou do homem prostituído como objeto de consumo comercial, porque o tratamento da pessoa como mercadoria fere um dos conceitos predominantes dos direitos humanos.

No século XIX, aumenta-se o número de prostíbulos no Brasil. Em decorrência do fim da escravidão, mulheres negras que não tinham nenhum meio de subsistência recorriam a prostituição como único caminho (SOARES, 1992).

Em uma entrevista para revista Página 22, três mulheres revelam opiniões divergentes sobre regulamentar ou abolir a prostituição. A antropóloga e pesquisadora Letizia Patriarca defende que deve ser levado em conta a possibilidade de escolha, por acompanhar mulheres cisgêneros e travestis em suas reivindicações como profissionais do sexo, na busca por direitos; e junto a elas, algumas ativistas que também lutam pela causa. Destaca ainda que é importante observar os marcadores dos contextos de vivência das profissionais do sexo. São muitas histórias e experiências de vida diferentes, marcadas por opressões, rejeições, abandonos, violências, desigualdades, situações precárias e outros fatores que levam a escolher essa prática. (SAFATLE, CABRAL, 2017 p. 30-31).

A estudante pontua na entrevista que não basta só investigar como chegaram nessa profissão e sim o porquê da escolha dela e relaciona os pontos em comum entre uma mulher cis, mulher trans e uma travesti. No momento em que fazem acordos de programas que geram renda para sustentar famílias, segundo ela, são vozes que agregam para a luta feminista. Chamam-nas de potências para encarar a liberdade ao sexo e para a sexualidade de mulheres e travestis, unindo duas lutas aparentemente separadas: por melhores condições de trabalho e oportunidades.

(SAFATLE, CABRAL, 2017 p. 32-33).

No entanto, trazendo um contraponto à Letizia, Flávia Herédia e Ticiania Labate, também entrevistadas pela revista citada e integrantes do comitê pela abolição da prostituição, consideram a prática como um movimento violento e altamente exploratório, compreendendo a mulher como vítima de um sistema capitalista. Elas compartilham um objetivo de luta para criminalizar quem consome desse serviço, penalizar as casas que o ofertam e proteger essas mulheres. Fazem ressalva aos países europeus com grande peso para a prostituição e destacam Alemanha e

Holanda como lugares regulamentados, o que trouxe como consequência um aumento considerável nos casos de tráfico de mulheres.

(SAFATLE, CABRAL, 2017 p. 34-35).

Como exemplo ao movimento abolicionista, Labate faz referência a Yvonne Svanström, que em suas pesquisas identifica as situações de precariedade de muitas mulheres, que na maioria não sabem ler nem escrever, sem acesso a recursos básicos de vida. Por este motivo, a integrante do movimento abolicionista reforça que uma grande gama de mulheres não está nessa condição porque gosta ou porque quer e que normalmente quem fala por elas são pessoas intermediárias, que não estão em situação de prostituição. (SAFATLE, CABRAL, 2017 p. 36-37)

Herédia complementa, revelando que a culpa não é das mulheres e sim de um sistema que visa ganhos, explorando-as; e o abolicionismo não quer prejudicar quem elas consideram como vítimas, quer apenas oferecer a essas profissionais assistências ou alternativas para sair da prostituição e entrar no mercado de trabalho. Seguindo esse contraponto, quando questionadas sobre enquanto as profissionais que não se sentem exploradas, ambas explicam sobre a dificuldade de uma mulher em se reconhecer em uma situação de violência e a importância de olhar para os responsáveis pela demanda, os consumidores desse mercado. Tanto Herédia como Labate entendem a prostituição como violação do corpo das mulheres por algo imposto a elas, não por uma questão moral e sexual, mas por obter acesso à exploração. (SAFATLE, CABRAL, 2017 p. 38)

Atualmente, a prostituição ainda é uma atividade informal de trabalho na qual suas profissionais não são resguardadas por políticas públicas nem possuem seus direitos e deveres garantidos pela lei, o que aumenta a vulnerabilidade, problemas de saúde e a incidência de violências em suas várias esferas: sexual, verbal, física e psicológica. No caso do Brasil, a profissão foi reconhecida em 2002, cuja nomenclatura “profissionais do sexo” foi oficializada pelo Estado em sua Classificação Brasileira das Ocupações (CBO), embora não seja encarada assim pela sociedade e até mesmo pelas próprias prostitutas (PAIVA et al., 2017). O trabalho, que não fornece reconhecimento positivo, além de perigoso, pode acarretar em sofrimento mental daqueles que o exercem (FREITAS; SOUZA, 2019).

Um dos estereótipos mais comuns a respeito da prostituição é com relação ao valor cobrado pelos serviços: quanto maior o valor, maior a aceitação por parte da

sociedade para com essas profissionais e quanto menor é este valor, mais essas mulheres são afastadas das redes de afeto e apoio. Desta forma, a prostituição, enquanto considerada uma troca entre recursos econômicos e sexuais, envolve também questões de gênero, poder, submissão, classes sociais e capitalismo (COSTA, MELO, 2019).

Por sua vez, a procura por essas profissionais por parte dos clientes se dá principalmente pela realização sexual, seguido da falta de investimento afetivo e econômico dessas relações por não existir a necessidade da conquista com presentes e encontros românticos, facilidade em dialogar sobre questões sexuais e assuntos diversos, bem como sensação de aceitação por eles⁵ quando estão em companhia das prostitutas (GOTO; COSTA; SCHIEVANO, 2019).

Além disso, a crise econômica e social com suas misérias, desigualdades, baixa escolaridade, falta de emprego, necessidade de sobrevivência e independência, busca de sustento para si e para seus familiares são os principais motivos para a comercialização do próprio corpo. Freitas e Souza (2019) afirmam que, para suportar as violências e demais dificuldades, muitas recorrem ao uso de drogas ilícitas como forma de atenuar os medos e traumas da vivência.

Na prática, as “jornadas de trabalho” se iniciam nas ruas, prostíbulos ou em locais custeados por clientes. Estando vulneráveis a falta e condições íntimas de segurança e higiene, a contaminações de IST, violências física e psicológica, a rotina de trabalho deixa essas mulheres em situações de fragilidade e vulnerabilidade e as expõe a condições desumanas (SILVA; CAPPELLE, 2015).

Frankl (1986) traz a apatia como sintoma que antecipa a depressão oriunda da consciência de um vazio interior pela consciência do não existir, pelo sentir que a vida não possui sentido. Para este autor, a falta de reconhecimento e de legitimidades trabalhista e social trazem imenso sofrimento pela sensação de vazio e falta de sentido para as prostitutas. O autor ainda afirma que a busca de prazer sexual ao atender o cliente e realizar suas fantasias é também uma forma dessas profissionais darem sentido a sua existência. Segundo (PAIVA et al., 2017), a maioria das prostitutas

⁵ Foi utilizado pronome masculino porque, de acordo com as biografias pesquisadas, homens cis são os maiores consumidores dos serviços de prostituição.

trabalham com o desejo de saírem da prostituição e conseguirem um emprego tido como “digno”.

Segundo Rossi (2010, p. 115), as patologias e o consumo de entorpecentes podem surgir a partir de um sofrimento patogênico, sendo “instalado quando a organização do trabalho não permite ao trabalhador uma margem de liberdade/manobra para efetuar ajustes”. Para alguns profissionais, o uso de drogas ilícitas parte do pressuposto que a droga auxilia na prática do trabalho, sendo assim, uma maneira de aprender a lidar com situações que fogem do controle da própria vida. Desta forma, considera-se que a falta de reconhecimento social, da legitimidade do trabalho e do seu sentido provocam nos profissionais da prostituição um sofrimento significativo, pois não conseguem encontrar um sentido para suas vidas, perdendo-se no vazio do sentido (CORRÊA et al., 2012).

As prostitutas tendem a ter um risco considerável para o desenvolvimento da depressão, considerando que estão expostas ao preconceito vivenciado em sociedade diariamente. Para muitas destas, a profissão está associada à violência e discriminação. Alguns sintomas como insatisfação, culpa, irritabilidade e indecisão estão presentes em mulheres prostitutas que sofrem de depressão. Em alguns casos de depressão mais graves, também aparecem pensamentos suicidas (GORRY; ROEN; REILLY, 2010)

Para Silva e Cappelle (2015), fatores como a discriminação e o preconceito no que se refere a categoria são presentes na sociedade. A visão da sociedade perante estas mulheres, por vezes, é motivo de tristeza e solidão, por ser um trabalho visto como algo imoral, dificultando assim a criação de laços afetivos. Essa condição de estigma e discriminação vivenciada pelas profissionais do sexo prejudica também sua presença em instituições de saúde e de cuidado (LEAL; SOUZA; RIOS, 2017).

Ainda existe um grande tabu em relação aos aspectos relativos à vida e saúde das profissionais do sexo, considerando que as estratégias de saúde para esse público geralmente se limitam a medidas de prevenção com relação à disseminação de IST/AIDS. Tal constatação reafirma a posição de marginalização social deste grupo, que é visto como disseminador de doenças (LEAL; SOUZA; RIOS, 2017).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi com o crescimento e força do movimento feminista da década de 1960 que as prostitutas passaram a dispor de espaços públicos para debater acerca da prostituição, transformando-se em objetos de lutas (RODRIGUES, 2010, p. 12). Quanto a regulamentação da prostituição como profissão verifica-se o desinteresse legislativo na elaboração de normas, que resulta em poucos e lentos avanços nos direitos das prostitutas pela falta de compreensão sobre a categoria.

Observa-se que, desde o início, não teve por parte da legislação brasileira o interesse de criminalizar a prostituição, no entanto isso ocorre quanto as atividades das prostitutas ainda vista como indigna e de ameaça para moral e “bons costumes” da sociedade. No campo trabalhista um grande avanço foi dado ao inserir profissionais do sexo dentro da Classificação Brasileira de Ocupações, entretanto ainda se carece de Políticas Públicas que garantam direitos básicos para uma vida digna para as prostitutas para que estas não continuem sofrendo com os estigmas, abusos e a subalternização de suas existências.

Com isso, o objetivo desse trabalho de conclusão de curso foi alcançado e os resultados obtidos mostram que problemas econômicos, desigualdade social, baixa escolaridade e necessidade de sustento para si e para os seus além de sofrimento psíquico aumenta a busca das mulheres, que em sua maioria viveu situação anterior de violência, pelo ofício da prostituição, o que pode levar ao consumo de drogas como forma de diminuir os traumas e medos sentidos dentro desse ramo.

Constata-se a apatia e sensação de vazio como sentimentos recorrentes a antecipar a depressão dessas profissionais e a falta de sentido existencial, sendo necessária a criação de formas de proteção jurídica, representação adequada nos espaços de poder público e Políticas Públicas que garantam seus direitos e a possibilidade de mudanças no ramo profissional se assim desejarem.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. V. A. **O trabalho da prostituta a luz do ordenado jurídico brasileiro.** Jus, 2009. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/13963/o-trabalho-dahttps://jus.com.br/artigos/13963/o-trabalho-da-prostituta-a-luz-do-ordenamento-juridico-brasileiro/2prostituta-a-luz-do-ordenamento-juridico-brasileiro/2> Acesso em: 21/09/2021

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION – APA. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-V.** Porto Alegre: Artmed, 2014.

ANDRADE, I. **Prostituição e Exploração: Comercialização de Sexo Jovem.** Disponível em: <http://www.caminhos.ufms.br/reportagens/impressao.htm?artigo=45> Acesso em: 21/09/2021

BALDNER, D. C. **Estigma e atividade profissional: um olhar sobre o processo de profissionalização da profissão do sexo.** Dissertação de Mestrado em Administração, Programa de Pós-graduação em Administração, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011.

BATISTA, Ricardo dos Santos. **Mulheres Livres: uma história sobre prostituição, sífilis, convenções de Gênero e sexualidade.** Salvador: EDUFBA, 2014. BEZERRA, D. **Prostitutas entendidas: o que entender?** Dissertação de mestrado em Ciências Sociais, PPGCS/Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2009. Disponível em: <http://repositorio.ufrn.br:8080/jspui/bitstream/123456789/13556/1/DanieliMB.pdf> Acesso em: 19/04/2022

BINDMAN, J. **International Perspective on Slavery in the Sex Industry,** Nova Iorque e Londres, 1998.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de ética profissional dos psicólogos**, Resolução nº 10/05, 2005.

CORRÊA, W. H. & HOLANDA, A. F. **Prostituição e sentido de vida**. **Psico-USF, Bragança Paulista**, v. 17, n. 3, p. 427-435, set./dez. 2012.

COSTA, M. T., MELO, T. C. L. **Psicologia e saúde pública n o contexto da travesti trabalhadora do sexo: uma revisão narrativa**. Desfazendo gênero, editora Realize, 2018. Disponível em:

<http://editorarealize.com.br/editora/anais/desfazendohttp://editorarealize.com.br/editora/anais/desfazendo->

http://editorarealize.com.br/editora/anais/desfazendo-genero/2018/TRABALHO_EV129_MD1_SA39_ID692_19082019211618.pdf
http://editorarealize.com.br/editora/anais/desfazendo-genero/2018/TRABALHO_EV129_MD1_SA39_ID692_19082019211618.pdf Acesso:

19/04/2022

DURKHEIM, Émile. **O ensino da moral na escola primária**. Revista Novos Estudos, julho 2007.

FÁBREAS-MARTINEZ, M. R. Benedetti (orgs.), **Na batalha: sexualidade, identidade e poder no universo da prostituição**, Porto Alegre/RS, Decasa, Palmarica.

FACHIN, L. E. & RUZYK, C. E. P. **Direitos fundamentais, dignidade da pessoa humana e o novo Código Civil: uma análise crítica**. Constituição, direitos fundamentais e direito privado. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

FERNANDES, F. S., SOUZA, O. M. **De outa às profissionais do sexo: uma memória da língua**. Entreletras, Araguaína/tocatins, v. 4, n. 2, p. 58-71, ago./dez. 2013. Disponível em: <https://core.ac.uk/reader/267890020> Acesso em: 22/11/2021

FOUCAULT, M. **Verdade e poder**. Microfísica do poder, v. 23, p. 01-14, 1979.

_____. **História da sexualidade I – A vontade de saber**. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 1994.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FRANKL, V. E. **Psicoterapia e sentido da vida**. (A. de Castro, Trad.). São Paulo, SP: Quadrante, 1986 (Originalmente publicado em 1946).

FREITAS, J. P. B., SOUZA, R. A., **Prazer e sofrimento no trabalho: uma análise da prostituição em uma cidade mineira**. Unifacig, 2019. Disponível em: <http://pensaracademico.unifacig.edu.br/index.php/repositoriofcc/article/view/1697/1311> Acesso em: 22/09/2021

GIDDENS, Anthony. **A Transformação da Intimidade: Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

GOTO, T. A., COSTA, I. I., SCHIEVANO, B. A. **Vivências psicológicas de homens que buscam profissionais do sexo. Uma proposta de análise psicológicofenomenológico**. Revista de Psicologia, Fortaleza, v. 10, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/39433/1/2019_art_tagotoiicosta.pdf Acesso em: 22/09/2021

LEAL, C. B. M., SOUZA, D. A., & RIOS, M. A. (2017). **Aspectos de vida e saúde das profissionais do sexo**. Rev enferm UFPE on line [internet]. 2017 [cited 2018 Nov 26];11(11):4483-91. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/viewFile/22865/24743> Acesso em: 19/04/2022

LOPES, A. **Trabalhadores do Sexo Uni-vos: Organização Laboral na Indústria do Sexo**, Lisboa, Dom Quixote, 2006.

MORAES, Maria Celeina Bodin de. **O Conceito de dignidade humana: substrato axiológico e conteúdo normativo**. In: SARLET, Ingo Wolfgang (Org.). Constituição, Direitos Fundamentais e Direito Privado. 3 ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2010.

NUCCI, G. S. **Prostituição, lenocínio e tráfico de pessoas**. Rio de Janeiro, Forense, 2015.

PAIVA, K. C. M., PEREIRA, J. R., GUIMARÃES, L. R., BARBOSA, J. K. D.
“Mulheres de vida fácil?” Conexões entre tempo, prazer e sofrimento no ofício de prostitutas de Belo Horizonte (MG). ANPAD, São Paulo, 01 a 04 de outubro de 2017. Disponível em: http://www.anpad.org.br/abrir_pdf.php?e=MjM5MzU Acesso em: 19/04/2022

PIRES, D. J. M. **O grito de milhões de escravas: a cumplicidade do silêncio**. Rio de Janeiro: Vozes, 1983.

RAYMOND, J. G. **Not a Choice, Not a Job: Exposing the Myths about Prostitution and the Global Sex**. Trade, Virginia, University of Nebraska Press, 2013.

ROBERTS, Nickie. **As Prostitutas na História**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1998

ROSSI, E. Z. **Método de pesquisa em Psicodinâmica do Trabalho**. In: MENDES, A. M. (org). Psicodinâmica e clínica do trabalho: temas, interfaces e casos brasileiros. Curitiba: Juruá, 2010.

ROSTAGNOL, S. **“Regulamentação: controle social ou dignidade do/no trabalho”**, em A. I., 2000.

SAFATLE, A.; CABRAL, M. **Prostituição: regular ou proibir?** Editora: Ponto e contraponto, março/abril de 2017. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/pagina22/article/view/67289> Acesso em: 04/05/2022

SANDERS, T. et al. **Prostitution: Sex Work, Policy and Politics**, London, SAGE, 2009.

SAWAIA, B. “**Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social.**” *Psicologia & Sociedade*, v. 21, n. 3, p. 364-372. 2009.

SILVA, F.C., SOUZA, E. M. F., BEZARRA, M. A. **(Trans) tornando as normas cisgêneros e seus derivados.** Ver. Estud. Fem. 27, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/dJXnfdnYrpSLPCxSZQHvfNv/?lang=pt> Acesso em: 10/10/2021

SILVIA, G. P., ALMEIDA, L. P. **Mulheres donas de seus destinos: a constituição do sujeito enquanto mulher profissional do sexo.** Trayectorias humanas transcontinentales, nº6, 2019. Disponível em:

<https://www.unilim.fr/trahs/index.php?id=1866&lang=es> Acesso em: 08/03/2022

SIMMEL, G., ALMEIDA, L. P. **Algumas reflexões sobre a prostituição no presente e no futuro.** In: GEORG, S. Filosofia do Amor. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SILVA, K. A. T., CAPPELLE, M. C. A. (2015). **Sentidos do trabalho apreendidos por meio de fatos marcantes na trajetória de mulheres prostitutas.** Revista de Administração Mackenzie, 16(6), 19-47. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ram/a/dXG4S8n889RBdbYGnnrZ84d/?lang=pt> Acesso em: 18/04/2022

SOARES, L. C. Rameiras, ilhoas, polacas. **A prostituição no Rio de Janeiro no século XIX.** São Paulo: Editora Ática, 1992.

SWAIN, T. N. **Banalizar e naturalizar a prostituição: violência social e histórica.** Unimontes Científica, 2004.